



Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Avante!

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

MORREU SALAZAR

Abaixo a ditadura fascista!

Sobre este acontecimento publicou a Comissão Executiva do Comité Central um manifesto com a data de 27 de Julho, de que damos alguns extractos:

«Com a morte de Salazar, desaparece o tirano que durante mais de 40 anos dirigiu com mão de ferro o regime fascista. Porém, a morte do ditador não pôs fim ao regime. Este prossegue sob a chefia de M. Caetano que foi um dos principais colaboradores de Salazar.

Durante o longo reinado do ditador, inteiramente consagrado ao serviço dos monopólios aliados ao imperialismo e dos latifundiários, o terrorismo político constituiu o seu principal instrumento de governo.»

Mais adiante prossegue:

«M. Caetano e a sua camarilha sentem-se na necessidade de fazer o litúrgico fúnebre do ditador porque se sentem solidariamente responsáveis pelos crimes e misérias do regime em que colaboraram e que herdaram. Em tal regime que procuram continuar no essencial introduzindo-lhes apenas alterações de forma impostas pelas circunstâncias.»

A Comissão Executiva fez no final um apelo aos trabalhadores e ao povo português em que diz:

«O regime fascista encontra-se a braços com a mais grave crise da sua história. A morte do ditador Salazar vem ainda acentuar a medida em que marca o fim dum homem que encarnou uma política de opressão, de terror e de obscurantismo condenada pelo povo português e pela humanidade progressista.»

A morte física de Salazar provocará novas perturbações entre os hostes fascistas. Mas o fascismo não cairá por si. Contra a camarilha de M. Caetano há que intensificar a luta democrática, da classe operária e de todo o povo.

O fascismo deve ser destruído!
Liberdade para o povo português!
Liberdade para todos os presos políticos!

Liberdades fundamentais e respeito pelos direitos fundamentais dos cidadãos!

Abaixo a guerra colonial!
Liberdade e independência para os povos coloniais!

Unidade de todos os democratas—
de todos os antifascistas pela destruição da ditadura fascista—
—pela Liberdade e a Democracia.

ABAIXO O FASCISMO!

A CONFERENCIA DE SOLIDARIEDADE AOS POVOS DAS COLONIAS PORTUGUESAS

Uma grande vitória dos movimentos de libertação!

Esta Conferência, realizada em bertação nacional dos povos das

Roma, de 27 a 29 de Junho, na colónias portuguesas. qual participaram representantes O presidente da Comissão de de 64 países e mais de uma centena de organizações diversas, foi Descolonização das Nações Unidas fez-se representar por um mem- uma grande afirmação da solida- bro da Comissão.

riedade das forças progressivas e Os movimentos de libertação dos povos do mundo à luta de li- que conduzem a luta contra o co-

O COLONIALISMO PORTUGUÊS

No Pelourinho internacional

A realização da Conferência de Roma constituiu um grande êxito para a luta libertadora dos povos de Angola, Guiné e Moçambique e uma grave derrota para o governo colonialista de M. Caetano.

Apesar das suas manobras e protestos, o governo teve de engolir a amarga pitula de ver efectuar-se esta Conferência na capital de um país membro da OTAN, ficando deste modo mais em evidência o isolamento internacional dos colonialistas portugueses. Este facto, que constitui só por si um importante revés político para o governo fascista e colonialista de M. Caetano, transformou-se numa humilhação internacional com a audiência concedida posteriormente pelo Papa aos dirigentes do MPLA, PAIGC e FRELIMO, Agostinho Neto, Amílcar Cabral e Marcelino dos Santos. Manifestando assim publicamente reconhecer esses dirigentes como representantes legítimos dos seus povos, o Papa desaprovou a política colonialista dos fascistas portugueses.

Os fascistas, que tentaram inicialmente diminuir o significado e o êxito da Conferência de Roma, denegrindo e caluniando os movimentos de libertação e os seus dirigentes, foram surpreendidos pela grande repercussão internacional destes factos. A censura impôs durante vários dias o mais completo silêncio aos órgãos de informação enquanto o governo procurava nos bastidores uma saída airosa para o «escândalo» mundial provocado pelo gesto do Papa.

Tentando atenuar a repercussão interna dos acontecimentos, que para os católicos portugueses que lutam contra o colonialismo comprovam a justeza desta luta, M. Caetano foi obrigado a contentar-se com a «Nota» explicativa do Vaticano que nada alterou ao fundo da questão, apressando-se a dar assim o caso como encerrado. Tudo se reduzia afinal, segundo M. Caetano, a «um exagero de interpretação publicitária» e à ingenuidade do Papa...

Enganam-se os fascistas se pensam que com uma simples piraqueta política do seu chefe conseguem lançar poeira nos olhos do povo português quanto à urgente necessidade de pôr fim à odiosa guerra colonial.

Posteriormente, os colonialistas foram obrigados a confessar graves reveses militares na Guiné e o alto comando colonialista, em relatório secreto, manifesta alarme pelo agravamento da situação em Angola com a extensão da luta a novas regiões. Os factos comprovam mais uma vez a justeza da linha política do Partido Comunista ao proclamar que o único caminho para pôr fim à guerra colonial é a abertura imediata de negociações com os representantes legítimos dos povos de Angola, Guiné e Moçambique, reconhecendo o direito desses povos à autodeterminação e à independência.

Como afirma o CC do PCP no documento «Para uma nova ofensiva contra o fascismo», publicado no número anterior ao «Avante!», «Massas cada vez mais amplas da população tomam consciência da natureza criminoso do colonialismo e da guerra colonial, de que os exércitos colonialistas defendem em África não os interesses da nação portuguesa, mas os interesses dos seus maiores inimigos, de que a luta dos povos Angola, Guiné e Moçambique e a luta do povo português são lutas solidárias contra inimigos comuns: de que a liberdade, o progresso e a independência de Portugal estão intimamente ligados à liberdade e à independência dos povos das colónias portuguesas.»

ionalismo português — Movimento Popular de Libertação de Angola (M.P.L.A.), Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), enviaram à Conferência delegações numerosas encabeçadas, respectivamente, por Agostinho Neto, Amílcar Cabral e Marcelino dos Santos.

O povo português também esteve presente na Conferência através das forças políticas que no nosso país adoptam uma posição anticolonialista mais firme: o Partido Comunista Português (representado por um membro do seu Comité Central), a Junta Patriótica da F.P.L.N. e o Movimento da Paz (representado por uma delegação que integrava católicos progressivos). Os representantes destas três forças políticas constitui-

(cont. na 2ª pág.)

O MOVIMENTO SINDICAL

EM MARCHA

Pela gestão democrática dos Sindicatos!

Enquanto M. Caetano proclama aos combativas e da confiança da classe, quatro ventos que o «corporati- contra as ilegalidades e pela revisão ósino continua a ser válido como os estatutos, patentelam a crescente organização e como doutrina», o desenvolvimento da luta reivindicativa oposição dos trabalhadores à orgâni- nos sindicatos, e, designadamente, a ca corporativista e a sua profunda aspiração à gestão democrática dos pasta acção por direcções sindicais sindicatos.

Grande vitória dos metalúrgicos de Lisboa!

5.000 metalúrgicos de Lisboa, em Assembleia Geral no Pavilhão dos combates! e «Viva a lista B!» resistem Desportos Nádicos de Lisboa para às provocações de forma exemplar. eleger os seus representantes, não cedem às tentativas dos componentes da lista-tacaia e dos agentes do governo para provocar choques e a intereção 2 abstenções!

Triunfo finalmente a lista dos metalúrgicos do Porto!

Calminando uma série de acções moral à nova direcção eleita, companiadas e vencendo as manobras do patronato e do governo com o fim de impedir que o frente do Sindicato fosse colocada uma lista de confiança da classe, 1.900 metalúrgicos do Porto, em Assembleia Geral, votaram pela eleição da sua lista. Num-tam demonstração de unidade e apoio receram os dirigentes metalúrgicos de Lisboa, que acabam de ser eleitos pela classe. Dias antes, em reunião ampla com 1.500 metalúrgicos, todos os candidatos tinham feito intervenções sobre o Programa que se propõem defender.

Novas provocações contra os têxteis do norte

Ante a crescente amplitude da luta caia para opôr à lista da classe. los operários têxteis pela normalização da vida sindical, a Comissão perários têxteis intensificando a sua Administrativa e o patronato apres- acção nas empresas e no sindicato. saram-se a apresentar uma lista lu-

(cont. na 4ª pág.)



A solidariedade aos povos das colónias portuguesas

(cont. da 1ª pág.)

ram uma delegação unitária em nome da qual foi apresentada uma intervenção na sessão plenária de abertura, por Mário Moutinho de Pádua.

O representante do Partido Comunista Português tomou a palavra, em nome do Partido, na Comissão Política (Comissão principal da Conferência).

A Acção Socialista Portuguesa fez-se representar na Conferência pelo seu delegado em Roma, que também tomou a palavra na Comissão Política. Esta atitude, que saudamos como positiva, foi, no entanto, ensombreada pelo facto da A.S.P. não reconhecer o direito à independência imediata dos povos das colónias portuguesas, o que impediu que todas as forças presentes em Roma formassem uma única delegação unitária e apresentassem uma intervenção comum.

A Conferência de Roma reconheceu os movimentos de libertação — MPLA, PAIGC e FRELIMO — como os únicos e autênticos representantes dos povos de Angola, Guiné e Moçambique; denunciou as grandes potências imperialistas — Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha Federal e Bélgica — e o seu pacto agressivo a OTAN — pela ajuda que prestam aos fascistas-colonialistas portugueses; estabeleceu um Bureau Informativo em Roma; apelou para a intensificação da solidariedade das forças progressivas e povos de todo o mundo para com a luta dos povos das colónias portuguesas e especialmente para que o povo português intensifique a luta contra a guerra e as acções de solidariedade.

A Conferência foi aberta pelo senador italiano Parri. Tomaram em seguida a palavra os representantes dos 3 movimentos de libertação.

Marcelino dos Santos, dirigente da FRELIMO relatou o desenvolvimento da luta em Moçambique e afirmou que novas intrigas estão em preparação para a criação dum novo pacto militar destinado a impedir a derrocada dos regimes fascistas e do colonialismo português com o pretexto de repelir uma pretensa ameaça soviética contra o flanco sul da OTAN e a rota do Cabo. Na verdade, os imperialistas o que temem é o carácter profundamente revolucionário desta luta que, nas zonas libertadas, já destruiu os interesses da exploração imperialista.

Agostinho Neto, presidente do MPLA, sublinhou que ao mesmo tempo que a luta armada se estende a novas regiões de Angola, o povo angolano estende a sua mão ao povo português tendo em alto apreço a sua luta contra o fascismo e o colonialismo e prestou homenagem às forças mais consequentes que na Oposição portuguesa tomaram desde o início uma posição clara e firme quanto à liquidação do colonialismo português.

Amilcar Cabral, secretário-geral do PAIGC, afirmou: «Somos

um estado ocupado parcialmente por tropas estrangeiras em retirada. Essas tropas quase não têm já forças para nos atacar e limitam-se a bombardear-nos. Estamos firmemente decididos a expulsá-las completamente.»

Após estas intervenções, foi imediatamente dada a palavra à delegação portuguesa que foi a primeira a pronunciar-se na sessão plenária da Conferência.

A intervenção da delegação por-

tuguesa, apresentada em nome do Partido Comunista Português, da Frente Patriótica de Libertação Nacional e do Movimento da Paz foi lida na tribuna por Mário Moutinho de Pádua, um dos primeiros militares portugueses que se recusou a fazer a guerra colonial. Transcrevemos alguns extractos dessa intervenção:

«As forças antifascistas e anticolonialistas que representamos consideram a luta para o esmagamento do fascismo, pela libertação

e independência nacional indissolúvelmente ligada à luta de libertação dos povos das colónias portuguesas.

A dominação colonial portuguesa foi e continua a ser um dos mais importantes factores do atraso do nosso país e da sua submissão ao imperialismo estrangeiro. Ela foi e continua sendo uma das bases principais da reacção e do fascismo. O povo português está vitalmente interessado na conquista da independência pelos povos das colónias portuguesas. O povo português não poderá ser verdadeiramente independente se os povos das colónias não o forem também.»

E mais adiante: «Cresce em Portugal um largo movimento de opinião pública contra a guerra colonial, porque esta se tornou não apenas um motivo de infelicidade para os que perdem os seus filhos e os seus maridos, mas também um motivo do agravamento das condições de vida do nosso povo.»

Intervindo na Comissão Política, o representante do Partido Comunista Português declarou em dado passo: «Nós, comunistas portugueses, sempre condenámos e continuamos a condenar a infame exploração dos povos das colónias, a pilhagem das suas riquezas, o trabalho forçado, as brutalidades e os crimes que sempre caracterizaram o colonialismo português. Condenámos sempre e continuamos a condenar a criminoso guerra colonial, com a qual os fascistas colonialistas tentam em vão esmagar a justa luta de libertação dos povos». E no final: «Queremos aproveitar esta ocasião para assegurar aos nossos irmãos de combate das colónias portuguesas que estaremos sempre a seu lado, que eles podem contar com a nossa activa solidariedade, que não pouparemos esforços para intensificar o movimento de resistência do povo português contra a guerra colonial. A identidade de interesses, de objectivos e de sacrifícios estreita os nossos laços fraternais com os combatentes do movimento de libertação nacional.

Depois da Conferência, como se sabe, o Papa recebeu em audiência os dirigentes dos movimentos de libertação das colónias portuguesas, Agostinho Neto, Amilcar Cabral e Marcelino dos Santos, o que deu uma repercussão mundial à Conferência e enfureceu os fascistas portugueses, que tudo haviam feito para minimizar a sua importância.

Estimulados por estes acontecimentos, o povo português, todas as forças anticolonialistas, intensificarão ainda mais no futuro a luta contra a guerra colonial, exigindo a abertura imediata de negociações com os dirigentes dos movimentos de libertação.

Algumas resoluções da conferência

Organizações e personalidades políticas que deram a sua adesão à Conferência comprometem-se a desenvolver todos os esforços para isolar Portugal dos seus aliados e cúmplices porque, como se afirma nas conclusões da Comissão Política da Conferência, Portugal é ele próprio um país subdesenvolvido que não pode de modo algum assumir sozinho o peso da dominação colonial.

Para isolar Portugal no plano militar, a Conferência, numa das suas resoluções, recomenda a cessação do fornecimento de material militar por parte de alguns países, nomeadamente a Alemanha Ocidental e a França; a cessação da ajuda no treino e preparação de oficiais para a guerra colonial fora de Portugal; a cessação da colaboração entre as forças terrestres, aéreas e navais dos Estados Unidos e de vários países da Europa Ocidental com as forças armadas portuguesas.

Nontra das suas resoluções, a Conferência pede aos países membros da OTAN que ponha fim ao fornecimento de armas enquanto Portugal continuar a conduzir a guerra colonial, sublinhando que isto está em conformidade com as decisões da ONU sobre a descolonização.

Além disto, a Conferência apela ainda para que em todos os países sejam empreendidas acções para obrigar o exército português a tratar os prisioneiros de guerra de acordo com as normas da Convenção de Genebra pondo fim a todas as formas de tortura e de execução arbitrária.

No plano político, a Conferência decidiu que Portugal seja objecto duma campanha de denúncias que leve à sua condenação moral e à sua exclusão de todas as organizações internacionais incluindo a ONU e a adopção pelos governos de sanções económicas contra Portugal.

A Conferência considerou ainda como muito positiva a decisão da UNESCO de não convidar mais Portugal às reuniões internacionais.

A Conferência aprovou importantes medidas concretas de ajuda material aos movimentos de libertação sublinhando que eles necessitam de dinheiro, uniformes, rádios transmissores de largo raio de acção, calçado, víveres, meios de transporte, material escolar, sangue, plasma, medicamentos, instrumentos cirúrgicos e material sanitário.

Nas resoluções da Comissão de Auxílio, apela-se para a mobilização da opinião pública de todos os países e principalmente dos países da Europa Ocidental para que essa ajuda aos movimentos de libertação seja rápida, abundante e eficaz.

Ainda como outras formas de ajuda, a Conferência considerou a assistência aos desertores do exército colonial, a pressão sobre a hierarquia católica até que a Igreja portuguesa ponha fim à sua cumplicidade com o colonialismo e o fornecimento de técnicos e de quadros intelectuais dispostos a trabalhar para os movimentos de libertação.

A Conferência aprovou além disso as conclusões da sua Comissão Jurídica que são, em síntese: os povos em luta contra o colonialismo exercem um direito inalienável, estão em plena legalidade internacional. Pelo contrário, é ilícito e ilegal o domínio colonial português nos territórios africanos.

Faz-se a recusa absoluta da potência colonial de conceder pacificamente a independência, o recurso à luta armada representa a única garantia eficaz para o exercício do direito à autodeterminação. Por consequência, a legalidade da luta de libertação torna ilícito o apoio político e material aos povos em luta, mesmo sob a forma de fornecimento de material de guerra e armas. Pelo contrário, é intervenção ilícita a ajuda dada por certos Estados à potência colonial. Opondo-se com a guerra à independência das colónias africanas, o governo de Lisboa torna-se culpado de graves violações do direito internacional positivo e em particular da Carta e das resoluções das Nações Unidas, assim como da Convenção de Genebra. Os colonialistas portugueses cometem crimes horrorosos em África. O próprio recurso à guerra colonial é um delito contra a humanidade. Esses delitos devem ser denunciados perante o mundo inteiro.

Foi tamentada a posição negativa das altas hierarquias religiosas em relação à luta de libertação e deplorado o apoio que elas continuam a dar ao regime colonialista.

Contra a violência repressiva na Grécia!

Com a recente montagem duma farsa judicial no Tribunal militar, a ditadura fascista dos coronéis na Grécia, voltou a fazer cair sobre os mais ardentes patriotas e democratas o seu ódio ao povo e à democracia.

Dezenas de condenações, as mais violentas, foram proferidas: vários membros do Bureau Político e do C.C. do Partido Comunista da Grécia foram condenados a prisão perpétua e a longos anos de prisão. Sentenças de 20 e 15 anos de prisão foram pronunciadas contra di-

rigentes do movimento da juventude e sindical, além de muitos outros outras condenações brutais. Num desafio à opinião pública universal, o procurador interrompe um advogado de defesa que é condenado a um ano de cadeia em plena audiência!

Que os democratas e o povo português em geral, junto da Embaixada da Grécia em Portugal manifestem por todas as formas o seu protesto contra a ilegalidade e a violência destas condenações e exijam a sua anulação!

Em luta contra AS HORAS EXTRAORDINARIAS COMO SISTEMA!

Com o recurso sistemático às horas extraordinárias, o patronato explorador está a impôr, hábil e paulatinamente, o prolongamento efectivo da jornada de trabalho despojando os trabalhadores dum importante conquista histórica da classe operária internacional: o horário de 8 horas de trabalho diário.

O governo fascista tudo tem feito para apoiar este sistema de exploração, quer forçando os trabalhadores a fazer horas extraordinárias segundo as exigências patronais, quer permitindo a violação grosseira das próprias leis fascistas em muitas empresas onde é recusada a remuneração do trabalho suplementar de acordo com a lei.

Contra esta clamorosa situação, e exigindo o seu termo, ergue-se a crescente acção dos trabalhadores:

— Na SONADEL, em Alhandra, os operários fazem greve às horas extraordinárias justificando, com plena razão que 8 horas de trabalho diário já são suficientes. O patrão procurou impôr o trabalho por turnos mas os operários responderam com a recusa geral. A greve às horas extraordinárias continuou.

— Na Fábrica de camiões BARREIROS, em Setúbal, os operários recorreram ao trabalho lento como forma de protesto contra as horas extraordinárias obrigatórias.

Em represália, a direcção despediu 9 operários e aplicou casti-

gos. Mas a luta continuou e intensificou-se, forçando o patronato a readmitir os despedidos e a levantar os castigos. Firmes e unidos, os operários continuam a reivindicar o fim das horas extraordinárias.

— Os operários da MAGUE, em Alverca, continuam a fazer greve às horas extraordinárias reclamando que sejam pagas a 100% e aumentos gerais de salários.

Assediado por uma Comissão constituída por representantes de todas as secções, o engenheiro-chefe promete aumentos. Reagindo contra esta promessa vaga, os operários passam a reduzir a produção recusando-se ao mesmo tempo a fazer horas suplementares.

A luta organizada contra o prolongamento da jornada de trabalho através das horas extraordinárias, consigna expressa no manifesto do 1º de Maio do Partido Comunista Português, está na ordem do dia.

Que em amplas acções unidas, nas empresas e nos Sindicatos, se exija com vigor:

- Fim da imposição das horas extraordinárias obrigatórias!
- Aumento de salários de acordo com o aumento do custo de vida!

PARALISAÇÕES DE OPERÁRIAS: na Rogers e na Lusotúfo

Na ROGERS, em Alhos Vedros, o patronato tentou em vão intimidar e dividir os trabalhadores.

Ao terem conhecimento de que tinham sido anunciados aumentos de 10\$00 diários, mas só para os homens, as 300 operárias paralizaram o trabalho durante 1 hora. Apoiadas pelos seus companheiros de trabalho, as operárias dirigiram-se ao escritório protestando vivamente contra aquela discriminação.

Ante a unidade manifestada, o patrão recuou declarando logo que estava a estudar o aumento para as mulheres.

Na LUSOTUFO, em Cortegaça (Espinho), as 300 operárias paralizaram o trabalho insistindo na sua reivindicação de aumento.

Por falta de organização indispensável para conduzir a luta, as operárias não souberam responder como se impunha às ameaças patronais e retomaram o trabalho sem que a sua reivindicação fosse atendida.

Operárias e operários da Lusotúfo! A vossa luta tem que ser firme e unida! Cria a vossa Comissão de Unidade com os homens e mulheres mais combativos para encabeçar a luta!

A greve vitoriosa dos pescadores do Algarve

Em Agosto de 1969, altura em que, a título provisório, foi abolido o imposto de pescado sobre a sardinha, os pescadores pensaram justificadamente que também eles deviam beneficiar dessa medida.

Por isso concluíram entre si para acordarem sobre as condições que iriam reclamar para as matrículas da próxima temporada.

Já unidos, sem perda de tempo, avisaram as empresas armadoras de que, na próxima temporada, teriam de ser rectificadas as condições das matrículas. No princípio desta temporada (mês de Março) o ministro da Marinha autorizava a saída para a pesca das traîneiras que já estivessem preparadas. Chamadas as tripulações, estas acederam a ir para o mar nas condições anteriores, mas só até 1 de Abril, altura em que se fazem novas matrículas.

Como, e tretanto, não vissem efec-

tuadas as matrículas, os pescadores algarvios, unidos em bloco, recusaram-se a embarcar no dia 1 de Abril, sem a assinatura dos novos contratos. Apesar das pressões e intimidações a que foram sujeitos, os pescadores mantiveram-se firmemente em greve durante 22 dias!

Alarmados com a força unida dos pescadores, os armadores e o tubarão Tenreiro tiveram que aceder às condições dos pescadores que obtiveram: 11\$00 por conto até 5 contos de pescado; 12\$00 por conto até 25 contos; 13\$00 por conto acima de 25 contos; caldeirada; pensões de 20\$00 depois de 2 contos de pescado (antes eram 10\$50); 25\$00 depois de 4 contos (antes eram 11\$00).

Valentes pescadores algarvios! Foi a vossa organização e forte unidade que vos deu a vitória! Mantel-vos unidos e firmes para as novas batalhas que se aproximam!

NOVAS LUTAS Comissões de unidade, factor decisivo

A experiência demonstra diariamente que a organização é a melhor arma de combate dos trabalhadores contra todas as formas de exploração capitalista.

NA TREFILARIA DE SACAVÉM—A Comissão de Unidade voltou a insistir pela satisfação das reivindicações fundamentais dos trabalhadores, particularmente a inclusão do prémio de produtividade no salário e por aumentos.

Posteriormente, eram anunciados aumentos para Agosto.

O injusto castigo aplicado a um operário doente gerou imediatamente um movimento de solidariedade e protesto em toda a empresa. Os trabalhadores ameaçam não pegar no trabalho se o castigo se mantivesse. Perante esta firme disposição de luta, a suspensão do castigo foi logo anunciada.

Tais iniciativas foram levadas a cabo depois da Comissão de Unidade ter sabido vencer algumas dificuldades internas e fortalecer-se através dum consulta geral aos trabalhadores.

NA OLAIÓ (SACAVÉM)—Através da Comissão de Unidade desta empresa, os jovens trabalhadores reclamam que passem a ter direito ao horário previsto para os estudantes. A gerência prometeu anunciar para breve o novo horário.

Ao mesmo tempo, os trabalhadores mantêm as suas reivindicações de aumento de salário men-

sal de 600\$00 e passagem a mensais.

NA PARQUE AERONÁUTICO (Alverca)—Um abaixo-assinado circula nesta empresa reclamando a semana de 44 horas com exclusão do trabalho ao sábado. Intimidados pelos chefes a riscarem os seus nomes do abaixo-assinado, nem um único operário acedeu. A recolha de assinaturas prosseguiu.

Depois da entrega ao sub-director por uma comissão representativa, doutro abaixo-assinado com 1.200 assinaturas apresentando várias reivindicações relativas ao refeitório, os trabalhadores já começaram a verificar algumas modificações na alimentação.

NA CIMENTO TEJO (Alhandra)—Vencendo a resistência patronal, o pessoal que trabalha por turnos viu finalmente satisfeita uma reivindicação por que vinha insistindo desde Janeiro: o pagamento dum subsídio de turno paratodos, com diferenças consoante o turno a que diz respeito.

Trabalhadores! só o patronato ganha com a falta ou a fraqueza da vossa organização.

Comissões de unidade, fortes e representativas, em todas as empresas, são um factor decisivo para o desenvolvimento da vossa luta!

Anoio firme e massivo dos trabalhadores às suas Comissões, pelo defesa dos seus interesses vitais, na luta por aumento de salário e outras reivindicações económicas e sociais, contra a múltiplas formas de discriminação no trabalho infantil e feminino, contra todas as formas de exploração!

O DESTINO INEVITÁVEL dos trânsfugas

A unidade sem princípios dos inimigos do Partido é a norma da formação de grupelhos provocatórios. A justificação com supostas «razões políticas» das faltas na conduta partidária e pessoal é sempre invocada pelos que nunca tiveram ou perderam o espírito de Partido, pelos carreiristas e ambiciosos que viram interrompida a sua «carreira», assim como pelos que desertam da luta. A perda completa de escrúpulos, a mentira e a calúnia caracterizaram sempre os que, tendo alguma vez sido do Partido, se levantam contra ele. A posição anti-Direcção tem sido sempre a cobertura inicial da actividade antipartidária de renegados, aventureiros e cisionistas.

Assim sucede uma vez mais com alguns individuos que, na segurança da emigração, desenvolvem uma campanha de intrigas antipartidárias.

O seu destino não será diferente do de outros que em épocas várias os antecederam. Eles próprios se encarregam de mostrar a natureza dos seus propósitos e do seu carácter. Por muito barulho que pretendam fazer através de «cartas abertas» ou fechadas, terão o destino inevitável dos trânsfugas: o isolamento e a censura geral.

NA ROBBIALAC em falência a Comissão Interna

A combatividade dos operários da Robbialac fez estoirar o colete de forças que o patronato queria impôr à iniciativa da «Comissão do Pessoal» com base nuns estatutos em cuja elaboração os operários não tinham participado.

Pressionada pelos trabalhadores, a maioria da Comissão do Pessoal encabeçou uma luta reivindicativa geral na empresa. Assim, foi feito um abaixo-assinado subscrito por 73% de todo o pessoal, reclamando ordenados mínimos de 3.500\$0 para os homens com mais de 25 anos de idade e 5 anos de casa, 3.000\$00 para as mulheres em idênticas condições e a trabalho igual salário igual.

Em apoio das reivindicações apresentadas, é iniciada uma acção de «cera» que dura 2 dias. Em seguida, recusa geral a fazer horas extraordinárias.

A «Comissão do Pessoal», como tal, parece ter os dias contados uma vez que por vontade dos trabalhadores se transformou em Comissão de Unidade desmentindo na acção a falsa teoria fascista da «armonia de classes».

PROGRAMA DO P.C.P.

No quadro das comemorações do 50º aniversário do P.C.P., uma nova edição do Programa do Partido acaba de ser publicada nas edições «Avante!». Chamamos a atenção de todos os militantes e simpatizantes do Partido para o seu estudo.

RELAÇÕES FRATERNAS DO PCP COM OS PAÍSES SOCIALISTAS

Delegações do Comité Central do Partido Comunista Português fizeram recentemente curtas visitas à Hungria e Roménia. Publicamos a seguir os COMUNICADOS respectivos.

A convite do Comité Central do Partido Operário Socialista Húngaro, visitou a Hungria, na segunda metade do mês de Junho, uma delegação do Partido Comunista Português composta por Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido, José Victoriano, membro do secretariado do CC e Carlos Brito, membro do CC.

A delegação foi recebida pelo primeiro secretário do CC Janos Kadar. A delegação entrevistou-se também com Zoltan Komocsin, membro do Bureau político e secretário do CC e com outros representantes deste.

A delegação do PCP, no decurso da sua estadia na Hungria, visitou centros industriais e agrícolas e instituições culturais e informou-se das realizações e das condições de vida dos trabalhadores húngaros. A delegação portuguesa foi recebida em toda a parte com marcas de particular consideração.

Nos encontros entre os representantes dos dois partidos realizou-se uma troca de informações acerca da situação dos seus países, da actualidade dos seus partidos, das suas posições em relação às questões actuais do movimento comunista e operário internacional, assim como acerca das questões actuais da situação internacional. O ambiente sincero e fraternal no qual se desenvolveu o intercâmbio de opiniões demonstrou a coincidência de pontos de vista dos dois partidos em todas as questões abordadas.

Os representantes do CC do Partido Operário Socialista Húngaro manifestaram a sua solidariedade para com a luta heroica do Partido Comunista Português contra a ditadura fascista, por um regime democrático, pelo aniquilamento do domínio colonial português. Os representantes do CC do Partido Comunista Português expressaram o grande apreço pelos êxitos obtidos na construção do socialismo na Hungria, que consideram uma contribuição de alta importância para a luta da classe operária e dos povos de todos os países.

Ambas as partes sublinharam a grande importância da cooperação internacionalista dos partidos comunistas e operários, assim como de todas as forças anti-imperialistas, manifestando conjuntamente o propósito de aprofundar as relações entre os comunistas húngaros e portugueses.

A convite do Comité Central do Partido Comunista Romeno, uma delegação do Partido Comunista Português, encabeçada pelo camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido, fez uma visita de amizade à República Socialista da Roménia durante a segunda metade do mês de Junho de 1970. Da delegação fizeram parte os camaradas José Victoriano, membro do Secretariado do CC do PCP, Carlos Brito, membro do CC do PCP e M. Costa, membro suplente do CC do PCP.

Durante a sua estadia na Roménia, os membros da delegação tiveram encontros com representantes dos organismos do Partido e com trabalhadores, sendo acolhidos por toda a parte com calorosos sentimentos de amizade fraternal.

Durante a visita, a delegação do PCP teve encontros e conversações com Nicolae Ceausescu, secretário-geral do PCR, Paul Niculesco-Mizil, membro do Comité Executivo e do Presidium Permanente e secretário do CC do PCR, Ghizela Vass, chefe da secção do CC do PCR, Stefan Andrei, primeiro adjunto de chefe de secção do CC do PCR.

Durante as conversações, que decorreram num ambiente caloroso, de camaradagem, foram abordados problemas relativos ao movimento comunista e operário, à vida política internacional, assim como ao desenvolvimento das relações de amizade entre dois partidos.

Os representantes do PCR reafirmaram o apoio e solidariedade internacionalista dos comunistas e do povo romeno, para com a luta corajosa dos comunistas portugueses contra a ditadura fascista, pela liberdade e a justiça social, pela democracia e o progresso social.

Os representantes do PCP expressaram o seu grande apreço pelos sucessos alcançados pelos comunistas e o povo da Roménia na construção do socialismo e pela solidariedade activa do PCR para com os comunistas e o povo de Portugal.

Durante as conversações foi expresso o desejo mútuo do alargamento anterior dos laços de amizade, de solidariedade e de colaboração fraternal entre o PCR e o PCP, em benefício dos dois partidos e povos, da causa geral da paz, da democracia e do socialismo.

A visita da delegação do PCP à República Socialista da Roménia, os encontros e as conversações que tiveram lugar nessa ocasião, contribuíram para um aprofundamento do conhecimento recíproco da actividade e das preocupações dos dois partidos, para a causa da unidade do movimento comunista e operário internacional.

NA CARRIS: 1 mês depois prosseguia a greve às horas extraordinárias

Nem a pronta intervenção das forças policiais, nem as prisões já efectuadas, nem as constantes cha-

madas de operários à Pide-DGS para interrogatórios, nem constante e ostensiva presença da Pide-DGS e da PSP em várias estações conseguiram fazer vergar a vontade dos trabalhadores em luta. A greve às horas extraordinárias prosseguia firmemente há mais de um mês!

A velha tática de intimidação usada pelo patronato também não resultou: numerosos trabalhadores chamados frequentemente à Administração respondem invariavelmente que não fazem horas extraordinárias porque «os outros não fazem e eu também não faço».

Ante a firme unidade dos trabalhadores, os monopolistas da Carris esforçaram-se por fomentar o descontentamento popular contra os trabalhadores procurando fazer cair sobre eles o peso da responsabilidade do que se está passando. Com efeito, o o falso argumento de «exigências salariais desmedidas» é uma faca de dois gumes que não visa apenas atingir os legítimos interesses dos trabalhadores em luta mas também a bolsa do povo laborioso, por meio de novos aumentos de tarifas que mais dia menos dia a Carris se prepara para anunciar.

Operários da Carris! Adiante na nossa justa luta, passando a formas mais amplas e vigorosas, se necessário, quer a nível de estação quer a nível geral!

Povo de Lisboa! Ao lado dos trabalhadores da Carris, em luta contra a ganância insaciável dos imperialistas ingleses!

O movimento sindical em marcha

(cont. da 1ª página)

De destacar a assembleia na FNAT, com 1.500 operários, entre os quais muitas mulheres. Assustados com a derrota previsível da lista da sua confiança, o governo e o patronato lançam mão de nova provocação: a pretexto de que os membros da lista

da classe eram subversivos, um membro da lista foi acusado de imputação a Comissão de Verificação.

Elevar ainda mais o nível combativo da sua luta com concentrações no Sindicato, INT e nas empresas, eis o caminho que os têxteis deverão prosseguir.

Uma severa lição para os metalúrgicos e têxteis do Barreiro

Por falta de vigilância das respectivas comissões sindicais e da sua fraca ligação às massas, as direcções dos Sindicatos dos Metalúrgicos e dos Têxteis do Barreiro convocaram as assembleias gerais sem que os interessados dessem por isso a tempo,

deixando expirar a apresentação das listas da classe. Na assembleia geral, entre os protestos de 75 operários têxteis, a direcção auto-eleveu-se apenas com 16 votos: os dela própria e da direcção anterior.

A luta pela criação de novos Sindicatos atarga-se a novos sectores profissionais, apesar dos obstáculos de toda a ordem levantados pelo governo. Os empregados das Caixas de Previdência reivindicam há meses a criação dum Sindicato, para o que têm realizado reuniões em vários distritos e feito diligências para que uma Comissão Nacional seja recebida pelo ministro.

O Pessoal dos C.T.T. luta igualmente pelo direito de se organizar

O movimento sindical avança. Novos e maiores sucessos estão ao alcance dos trabalhadores. Num momento em que o governo promete «sindicatos novos» dentro do corporativismo, é preciso não esquecer que os sindicatos continuam a ser fascistas e estar alerta contra todos os perigos de oportunismo e colaboracionismo com o governo. É, pois, indispensável que as Comissões Sindicais aciem sempre em ligação estreita com as massas, ouvindo-as e apoiando-se nelas, não se deixando

deixar o movimento sindical em Sindicato único, ao nível nacional. Numa Assembleia Geral, 399 participantes elegeram uma Comissão Pro-Sindicato. Luta ainda pela criação dum Sindicato os Contabilistas de Lisboa e Porto, que se reuniram em Coimbra para uma troca de informações, e os profissionais de informática.

Em grande número de Sindicatos, prossegue a luta por novos C.C.T. e outras reivindicações.

ludibriar ou corromper pelas manobras Gaetanistas. Há que ter sempre presente que as direcções, mesmo quando eleitas pelos trabalhadores, necessitam do apoio constante das massas e da sua vigilância para corresponderem aos objectivos para que foram escolhidas, não se deixando enredar nas malhas do corporativismo fascista.

Adiante, trabalhadores, fortalecei o nosso combate pela gestão democrática dos Sindicatos!

A substituição da PVT pela GNR

A dissolução da PVT e a sua substituição pela GNR na fiscalização do trânsito nas estradas, para além de razões secundárias, corresponde ao propósito do governo de reforçar ainda mais o aparelho de repressão fascista. As afirmações do ministro do Interior e dos comandos da GNR são suficientemente claras a tal respeito.

A GNR é uma corporação militarizada, fortemente centralizada e armada de poderosos e modernos meios repressivos, com uma longa tradição de estreita colaboração com a PIDE na repressão da acção dos trabalhadores e dos antifascistas.

Apesar disso, o Partido Comunista lembra aos soldados da GNR que, sendo filhos do povo fardados, não devem usar a força das armas contra os trabalhadores e o povo na defesa dos interesses da grande burguesia, dos latifundiários e do governo fascista, todos eles ini-

migos declarados do povo português.

CATARINA EUFEMEA

um nome que não esquece

Em homenagem à memória de Catarina Eufêmea, heroína do povo português, cerca de uma centena de mulheres reunidas em Moscavide no dia 19 de Maio, recordaram com emoção a sua figura de lutadora e mãe abnegada. Foi feito um postal alusivo àquela data, assinalando a passagem do 16º aniversário da morte de Catarina Eufêmea, sob as balas assassinas da GNR.

As mulheres portuguesas não esquecem a barbaridade deste crime fascista e fazem do nome de Catarina Eufêmea um símbolo da sua luta pelos direitos da maternidade e da infância, pelo Pão, pela Paz, pela Liberdade!

NOS SERVIÇOS DE SAÚDE A LUTA CONTINUA

Pressionado pelas recentes lutas dos médicos de Lisboa e Porto, nomeadamente a greve administrativa desencadeada no mês de Fevereiro nos Hospitais Cívicos de Lisboa, o governo decretou o pagamento dos serviços de urgência a partir do início de Março.

Em meados de Maio, porém, não só não tinha sido paga qualquer urgência como era determinada superiormente a redução das concessões anunciadas, ou seja, o pagamento de 2 em vez de 4 urgências a partir de Maio.

Reagindo imediatamente, os médicos do internato geral do Hospital de S. João, no Porto, declararam a ausência às urgências, com o apoio de vários chefes de serviço e de outros médicos, obrigando o governo a atender em parte a sua reivindicação.

Através da Direcção Geral de Saúde, o governo procura destruir a organização do pessoal de enfermagem criada durante a recente greve do zelo.

A justa indignação que labra entre os enfermeiros deve traduzir-se no apoio enérgico e massivo aos seus representantes e em acções conjuntas em defesa da sua organização

QUANTIAS RECEBIDAS DOS AMIGOS DO PARTIDO

Afonso Gregório	500\$00	Comité Alfredo Dinis	150\$00	Jovem ecologista	75\$00 (Dez.)	Sedor	150\$00
Alfredo Dinis	100\$00	Cravos verdes	100\$00	Militão	100\$00 " (Jan.)	150\$00	150\$00
À memória de M. Rodrigues	250\$00	Filho de peixe	20\$00	Nova luz	100\$00 " (Fev.)	150\$00	150\$00
M. Rodrigues	250\$00	Filho do povo	50\$00	Onda verde	100\$00 " (Março)	150\$00	150\$00
Amigo arreadores	50\$00	Folhetos	35\$00	Pela unidade	1.000\$00	Tarrafal	490\$00
As canetas	35\$00	Emblemas de A.J.	20\$00	Pescadores em greve	200\$00 " (Jan.)	790\$00	790\$00
A.J.	20\$00	Lenine	520\$00	Pequenos Vietcongs	50\$00 " (Março)	470\$00	470\$00
A.T.	50\$00	Francisco Barata	2.500\$00	Presos políticos	500\$00	Uma família	400\$00
Baptista	5.000\$00	Marquês	100\$00	Presos políticos	500\$00	Atentanas	400\$00
Catarina Eufêmea	100\$00	Imprensa	50\$00	Prof. Polido	100\$00	Veteranos	110\$00
Eufêmea	50\$00	democrática	50\$00	Valente	100\$00	ermelhos	110\$00
"	200\$00	" (Jan.)	50\$00	Quatro	50\$00	"	110\$00
"	200\$00	" (Fev.)	50\$00	Amigos	84\$00	Vitória socialista	20\$00
Clência socialista	85\$00	" (Março)	50\$00	Santa Maria	50\$00	20\$00	20\$00
TOTAL							17.608\$50



REALIDADES E MENTIRAS

Sobre o desenvolvimento económico português

Toda a propaganda fascista tem como objectivo central mistificar ao máximo as massas populares. Salazar afirmava que «em política, o que parece, é». Marcelo Caetano, como veremos, segue neste campo a política de «continuidade» salazarista.

Mentira sobre o crescimento económico nos últimos dois anos

Na conferência de imprensa que deu em Madrid, em 23 de Maio, Marcelo Caetano afirmou não crer que o desenvolvimento português tenha sido, nos dois últimos anos, inferior ao seu ritmo nos anos anteriores, pelo contrário». («O Século» de 24/5/70).

Mas M. Caetano sabe (e portanto mente conscientemente) que a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (P.I.B.) foi, em 1968 (segundo o Anuário Estatístico de 1968) de 6,5%, inferior, por conseguinte, à de 1967 (6,8%) e que a mesma taxa de crescimento foi, em 1969 (segundo o Relatório do Banco Português do Atlântico de 1969, p.6) de 5,2%, isto é, o crescimento do P.I.B. terá sido em 1969 inferior ao de qualquer outro ano desde 1959, com excepção para o ano de 1966.

Os números oficiais mostram também que não só não se têm alcançado as taxas de crescimento previstas no Plano de Fomento para os anos de 1968 e 1969 (7%), como Portugal se não tem aproximado da Europa, ao contrário do que proclamam, como objectivo, os ministros marcelistas. Efectivamente, se Portugal era já o país economicamente mais atrasado da Europa, tal atraso acentuou-se ainda mais durante o ano de governo marcelista de 1969, pois, enquanto o P.I.B. português terá crescido à taxa de 5,2%, «o P.I.B. do conjunto dos países europeus da O.C.D.E. registou em 1969 um aumento de 6%» (Relatório do Banco de Portugal de 1969, p. 44).

COMUNICADO

Em fins de Junho, realizou-se em Roma um encontro entre os camaradas Mário Santos e Pedro Soares, membros do Comité Central do Partido Comunista Português, e os camaradas Hugo Pechioli, da Direcção, e Romano Ledda do Comité Central do Partido Comunista Italiano.

No encontro, que se desenrolou num clima de grande fraternidade, os representantes dos dois Partidos discutiram problemas de interesse comum e trocaram informações relativas às situações nos respectivos países.

O camarada Pechioli renovou a mais calorosa solidariedade dos comunistas italianos ao Partido Comunista Português que luta na mais rigorosa clandestinidade e transmitiu as suas saudações às forças antifascistas de Portugal que lutam pela liberdade do seu país.

A verdade sobre a incidência das despesas militares no crescimento económico

Na mesma entrevista, Marcelo Caetano terá dito que «não acreditava que tivesse havido uma específica influência das despesas militares na economia nacional nos dois últimos a.o.s.»

(Não estão ainda publicados os números de 1969 respeitantes ao investimento e às despesas militares. Por isso, e porque a um partido político sério não interessa a demagogia assente em afirmações vagas do tipo «não crer», «não acreditar», usadas por Marcelo Caetano, teremos de basear a nossa análise da afirmação de M. Caetano apenas num dos dois anos a que se refere, o de 1968).

Como se sabe, o crescimento económico de qualquer país depende, em primeiro lugar, do investimento, isto é, da formação bruta de capital fixo (F.B.C.F.). E também obvio que num país economicamente subdesenvolvido como é o caso de Portugal, quanto mais se gasta com uma guerra menos dinheiro o Estado tem para investimentos produtivos.

Ora, se a taxa de crescimento da F.B.C.F. já em 1967 tinha sido apenas de 5,8% (muito menor, portanto, que as mesmas taxas relativas a 1965—10,5% e 1966—17,4%), a verdade é que esta taxa foi de apenas 3% em 1968, isto é, a mais baixa de todas as taxas de crescimento da F.B.C.F. desde 1953, com excepção para o ano de 1962. Assim, não se pode desligar o baixo crescimento do P.I.B. em 1969, que atrás referimos, das baixíssimas taxas de crescimento da F.B.C.F. em 1967 e 1968.

Referimo-nos até aqui ao total da F.B.C.F. em 1968. Vejamos agora o que aconteceu nesse ano com o «investimento com fim económico» por parte do Estado e com as despesas da «defesa militar e segurança».

De 1967 para 1968 as primeiras, investimento, baixaram de 3.077 milhares de contos para 2.906 milhares de contos, isto é, não só não cresceu o investimento estatal como até diminuiu 5,6%, ao passo que as aludidas despesas militares passaram, de 1967 para 1968, de 10.233 milhares de contos para 11.163 milhares de contos, isto é, aumentaram 9,1%. Vê-se assim que bastava que as despesas militares não tivessem aumentado em 1968 e que os 930 mil contos de diferença tivessem sido investidos, para que o investimento estatal, em 1968, em vez de ter diminuído 5,6% tivesse crescido 24,7%.

Mas o que mais importa para apreciar a incidência negativa das despesas militares no desenvolvimento económico de um país subdesenvolvido como Portugal, não é o que se passa em um ou dois anos, mas sim o que ocorre num período mais longo.

O governo mente quanto ao custo das guerras coloniais

Segundo os números oficiais, as despesas com a «defesa militar e segurança» foram, desde 1961 (começo das guerras coloniais) até 1968, de 62.139 mil contos! Esta é a verba constante das Contas Gerais do Estado. Contudo, segundo

uma afirmação do general Câmara Pina («O Século» de 21/5/70), «desde 1961 gastam-se anualmente, com a defesa das parcelas de além-mar, entre 10 a 12 milhões de contos». Ora isto significa que só as guerras coloniais (e não todas as «despesas militares e de segurança») absorveram de 1961 a 1968, 80 a 96 milhões de contos!! Seria caso para perguntar aos governantes fascistas, que tanto proclamam a sua política de «informação verdadeira» em que rubricas inscreveram cerca de 30 milhões de contos que senegaram à rubrica «despesas militares e segurança». Tê-las-ão inscrito nas rubricas da educação, obras públicas, assistência, etc.?

As guerras coloniais São o maior travão ao desenvolvimento da economia

Ainda que as despesas com a «defesa militar e segurança» tivessem sido de 1961 a 1968 de 92.139 mil contos, esta verba é monstruosa para um país atrasado como Portugal. Para ver que assim é, basta dizer-se que, no mesmo período, as despesas estatais com «investimento com fim económico» foram de 23.624 milhares de contos.

Algumas contas simples mostram claramente como as monstruosas despesas com as guerras coloniais têm sido um factor de estrangulamento do investimento e, portanto, um poderoso travão ao desenvolvimento da economia portuguesa.

Se Portugal não estivesse envolvido em guerras coloniais e o governo gastasse de 1961 a 1968 uma média, digamos, de 2 milhões de contos em «defesa militar e segurança», o que seria já uma elevada verba para um país como Portugal, o governo poderia então ter investido com fins económicos, durante esses anos, 69.763 mil contos, isto é, quase 3 vezes mais do que de facto investiu!

Se tivermos agora em conta que o total da formação líquida de capital fixo (F.B.C.F. menos amortizações) foi, de 1961 a 1968, de 110.195 milhares de contos, poderemos concluir que se o Estado tivesse investido com fins económicos a diferença entre o que poderia ter investido sem guerras coloniais e o que investiu de facto (69.763-23.724=46.139), o investimento líquido total teria sido de 156.334 milhares de contos, ou seja, 42% superior ao que de facto se verificou.

É evidente que, se assim tivesse sucedido, o crescimento económico português teria sido muitíssimo mais rápido do que foi. Fácil é, portanto, concluir que as guerras coloniais, no contexto da política fascista, têm sido o maior factor de estrangulamento da F.B.C.F. e, portanto, o maior travão ao crescimento da economia portuguesa nos últimos anos.

SOLIDARIEDADE para com o povo coreano

No dia 25 de Maio passaram 20 anos sobre a data em que os imperialistas norte-americanos iniciaram a invasão da Coreia, arrastando nessa aventura criminosamente outros países sob o seu comando.

O povo português, como os povos do mundo, está recordado do que significou a criminoso guerra da Coreia. Nem as destruições massivas, nem a guerra bacteriológica, nem as bombas e o napalm, os massacres e o extermínio em massa das populações pelos imperialistas americanos e seus aliados, conseguiram vencer o heróico povo coreano, ajudado pelos países socialistas irmãos. Após mais de 3 anos de guerra, os imperialistas foram forçados a assinar um armistício que, se deixou a Coreia dividida e o sul do país ocupado, representou contudo uma das derrotas históricas do imperialismo americano. A República Popular Democrática da Coreia pôde enfim reconstruir o seu país devastado e construir o socialismo em ritmo acelerado.

Entretanto, 20 anos volvidos sobre o começo da guerra da Coreia, os norte-americanos continuam as provocações contra a República Popular da Coreia e a ocupação militar na Coreia do Sul, servidos por fantoches fascistas que só se mantêm no poder pela repressão feroz e a presença das tropas americanas. Os patriotas, que na Coreia do Sul lutam corajosamente pela expulsão dos imperialistas norte-americanos da sua Pátria e pela reunificação pacífica da Coreia, são ferozmente perseguidos, presos, torturados e assassinados, como sucedeu no ano passado com Kim Jong Tai e os seus companheiros.

Por ocasião do 20º aniversário do começo da agressão norte-americana ao povo coreano, os trabalhadores e o povo português, que sabem bem na sua própria carne o que é o fascismo e o domínio imperialista, juntarão a sua voz à dos trabalhadores e povos de todo o mundo que manifestam a sua solidariedade ao povo coreano, aquele que constrói com êxito o socialismo no norte, repelindo as provocações americanas, e aquele que, no sul, trava uma difícil e corajosa luta pela sua libertação do jugo imperialista americano e seus fantoches.

Focámos aqui apenas a incidência directa das guerras coloniais no investimento. Mas é claro que as guerras coloniais têm muitas outras incidências económicas negativas: inflação, rareficação da mão-de-obra pela deslocação para as colónias de 125.000 a 150.000 soldados (segundo um recente relatório da ONU) e pelo incitamento que constituem à emigração, etc, etc.

Lutar contra as guerras coloniais é, pois, não só um dever internacionalista de todos os comunistas, mas também um dever cívico de todos os patriotas portugueses.



50º ANIVERSARIO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUES

(Resolução do Comité Central)

1. Em Março de 1971, completam-se 50 anos desde a fundação do Partido Comunista Português. É uma data memorável para os comunistas, que sentem legítimo orgulho do seu Partido. Para a classe operária, que tem no Partido a sua criação e a sua vanguarda revolucionária. Também para as massas populares e para os homens progressistas, que reconhecem no PCP o mais firme, consequente e abnegado lutador contra a ditadura fascista.

2. A actividade do PCP ao longo dos 50 anos da sua história está de tal forma ligada à luta da classe operária e das massas trabalhadoras que não se pode falar dessas lutas sem falar do PCP, nem falar do PCP sem falar dessas lutas.

Guia provado dos trabalhadores na luta contra a exploração do Capital e defensor constante e intransigente dos seus interesses de classe, o PCP é o único partido da classe operária portuguesa e o obreiro esforçado da sua unidade.

O PCP, vanguarda revolucionária da classe operária, propõe-se como seu objectivo supremo conduzir as massas trabalhadoras à revolução socialista, à conquista do poder pela classe operária e seus aliados, à instauração da ditadura do proletariado, à edificação do socialismo e do comunismo em Portugal.

3. Nas condições do fascismo, do domínio terrorista dos monopólios associados ao imperialismo estrangeiro e dos latifundiários, o PCP define a sua actual da revolução como uma revolução democrática e nacional, cujos objectivos fundamentais são destruir o Estado fascista, instaurar as liberdades democráticas, liquidar o poder dos monopólios, realizar a Reforma Agrária, elevar o nível de vida das classes trabalhadoras, democratizar a instrução e a cultura, libertar Portugal do imperialismo, reconhecer aos povos das colónias portuguesas o direito à imediata independência e seguir uma política de paz e amizade com todos os povos.

A luta pela revolução democrática e nacional é parte constitutiva da luta pelo socialismo. É, na revolução democrática e nacional, a instauração das liberdades democráticas, a destruição do Estado fascista e a sua substituição por um Estado democrático, constituem uma condição primeira e indispensável para a realização dos outros objectivos.

4. Todas as classes e camadas antimonopolistas estão vitalmente interessadas no derrubamento da ditadura fascista. Ao longo dos anos, o PCP tem lutado incansavelmente para unir na luta contra o fascismo todas as forças democráticas e patrióticas, tem sido e continua a ser o grande campeão da unidade antifascista.

A base dessa unidade é a unidade da classe operária e a aliança desta com o campesinato.

A perspectiva para o derrubamento da ditadura fascista é o desenvolvimento da luta de massas, conduzindo ao levantamento nacional, à insurreição popular armada. O PCP trabalha incansavelmente para ganhar as massas populares e as forças democráticas e progressistas para essa perspectiva revolucionária.

5. forçado à clandestinidade desde 1926, saído de uma feroz repressão em 45 anos dos 50 anos da sua existência, o PCP desenvolveu-se, fortaleceu-se, forjou-se numa luta incessante.

A frente da classe operária e das massas trabalhadoras da cidade e do campo, gozando de larga influência na juventude e nos intelectuais, tem sido a força motora das grandes lutas pelos interesses fundamentais da população trabalhadora contra a exploração capitalista, pela defesa da cultura contra o obscurantismo, pela liberdade contra a opressão, pela independência nacional contra a submissão ao imperialismo, pelos direitos dos povos oprimidos contra o colonialismo português, pela paz contra a guerra colonial e a guerra imperialista.

Todos os outros partidos e agrupamentos democráticos existentes na altura do golpe militar de 1926 sucumbiram sob a repressão. Muitos outros se formaram e tiveram vida efémera. Só o PCP, porque é o partido da única classe verdadeiramente revolucionária, porque mergulha profundamente as suas raízes na classe operária e nas massas trabalhadoras, no seio das quais adquire sempre novas forças, porque luta consequentemente pelos interesses vitais do povo e da nação portuguesa, porque se orienta pelo marxismo-leninismo, pôde resistir à repressão e tornar-se, nas condições de terror fascista, um grande partido nacional.

6. A actividade das organizações partidárias, a imprensa clandestina (que, tomando apenas o período decorrido desde a reorganização de 1940-41, aparece ininterruptamente há 30 anos) a resistência aos mais duros golpes da repressão que atingiram muitos milhares de militantes e praticamente todos os quadros dirigentes, mostram que o Partido é indestrutível, que é uma força revolucionária capaz de vencer as mais duras provas.

50 anos de existência do PCP são 50 anos de luta de sucessivas gerações de revolucionários que, educados pelo Partido, defrontaram corajosamente a repressão e o terror. 50 anos de existência são 50 anos de sacrifícios imensos de milhares de militantes, que souberam dar exaltantes exemplos de coerência e dedicação na actividade e na vida clandestinas, ante o inimigo, ante as balas assassinas, sob a tortura no Tarrafal, nas prisões fascistas. Muitos dos melhores, alguns dos mais destacados dirigentes, entre os quais Bento Gonçalves, secretário geral do Partido, e muitos outros cujos nomes vivem no coração do povo, deram heróicamente as suas vidas no cumprimento do seu dever.

Nenhuma outra força política antifascista sofreu ou sofre tão cruelmente a repressão fascista. Nenhuma outra deu ou dá na luta pela liberdade, pela independência nacional, pelo socialismo, tão grandes provas de firmeza, coerência e abnegação.

7. O Programa, e orientação, a actividade do PCP tornaram-no a grande força revolucionária do Portugal de hoje. Nenhuma transformação democrática profunda da sociedade portuguesa são possíveis sem o PCP e muito menos contra o PCP.

O PCP tem um passado de luta sem paralelo no quadro nacional. É no presente o único partido revolucionário e a mais forte formação política da Oposição antifascista. É aquele ao qual o futuro pertence.

8. A fundação e o desenvolvimento do PCP, obra da classe operária portuguesa, são também inseparáveis das vitórias do proletariado internacional: da vitória da Revolução de Outubro e das suas profundas repercussões em toda a evolução mundial, das experiências dos bolcheviques russos, das realizações e vitórias da União Soviética, das ulteriores revoluções socialistas vitoriosas, dos sucessos da classe operária de todos os países, do desenvolvimento do movimento de libertação nacional.

Destacamento do movimento comunista internacional, o PCP está estreitamente ligado aos partidos irmãos dos outros países, e activamente solidário para com eles e recebe deles activa solidariedade.

Vanguarda revolucionária da classe operária portuguesa, o PCP é indefectivelmente fiel à causa dos trabalhadores de todos os países. Defensor dos interesses da nação portuguesa, o PCP apoia activamente a luta dos povos de Angola, Guiné e Moçambique pela sua independência. Guiado pelos princípios do internacionalismo proletário, o PCP considera inseparáveis dos seus deveres nacionais os seus deveres internacionais.

9. O PCP guia-se na sua orientação e actividade pela teoria científica do proletariado: o marxismo-leninismo.

Deve-se ao PCP a difusão do marxismo-leninismo em Portugal e a sua aplicação na actividade prática.

Lutando contra os detractores e falsificadores da teoria do proletariado revolucionário, defendendo a integridade dos princípios e desenvolvendo-os de forma criadora nas condições sociais e políticas existentes em Portugal, o PCP empenha firmemente a bandeira da causa dos trabalhadores, a bandeira do marxismo-leninismo, a bandeira do socialismo e do comunismo.

10. Comemorando o seu 50º aniversário, o PCP apresentará com orgulho o balanço da sua luta ao longo de meio século. Valorizando o seu passado, tem em vista o presente e o futuro. As comemorações do 50º aniversário devem significar o reforço do Partido, o alargamento da sua influência, o aumento do número dos seus militantes, uma ampla campanha política de divulgação do seu Programa, objectivos e orientação.

O Comité Central faz um apelo a todas as organizações e membros do Partido para que lhe apresentem propostas e sugestões para as comemorações do 50º aniversário do PCP e para que, na altura devida, dêem provas de iniciativa nos sectores respectivos.

11. O Comité Central resolve:

- 1 — Que, nas comemorações do 50º aniversário, seja feita uma ampla divulgação da história e do significado de 50 anos da luta do Partido, das suas experiências, do seu Programa, da sua linha política e da sua tática.
- 2 — Que, com esse fim, sejam editados folhetos, publicado um número especial do «Avante» em Março de 1971, publicados artigos na imprensa e emitidos programas especiais na rádio do Partido.
- 3 — Que, a partir de 1 de Janeiro de 1971, se realizem em todas as organizações do Partido reuniões consagradas ao 50º aniversário.
- 4 — Que, no mesmo período, se promovam reuniões de trabalhadores, intelectuais, estudantes, onde se fale dos 50 anos de luta do Partido, do seu papel na luta pela democracia, a independência nacional, a paz e o socialismo.
- 5 — Que se execute um emblema comemorativo do 50º aniversário do PCP.

A estas iniciativas, juntar-se-ão aquelas que partam das organizações e militantes do Partido.

12. As comemorações do 50º aniversário do PCP devem dar ocasião a que muitos trabalhadores e outros portugueses e portuguesas encontrem finalmente o Partido e se decidam a entrar e a lutar nas suas fileiras.

Com esse fim, em correspondência com o 50º aniversário, o Comité Central decide lançar a *Promoção do Cinquentenário*, recrutando para as fileiras do Partido simpatizantes que têm dado provas de dedicação, assim como outros combatentes de vanguarda da classe operária e do povo português.

13. Os comunistas, orgulhosos do Partido e da sua história, comemoram o 50º aniversário da sua fundação, trabalhando tenazmente para o reforço do Partido e da unidade de pensamento e acção nas suas fileiras, para o seu desenvolvimento orgânico e a sua defesa, para o estreitamento da sua ligação com as massas, para o cumprimento das tarefas que se colocam na presente fase de luta.

Tirando as experiências e ensinamentos de 50 anos de actividade, encontrando na história do Partido motivos exaltantes de coragem e confiança, os comunistas têm os olhos voltados para o futuro: para a criação dum movimento revolucionário de massas, para a insurreição popular, para o derrubamento do fascismo, para a conquista da liberdade e, mais além, para o futuro Portugal socialista e comunista.

Maio de 1970

O Comité Central
do Partido Comunista Português